

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

1.º TRIMESTRE DE 2017

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental está feita tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento aprovado, em janeiro de 2017, pelo Conselho de Administração da APSS (DE 01/17 CA).

O 1.º Trimestre de 2017 foi encerrado com Resultados Líquidos positivos de 696 mil euros, atingindo valores inferiores ao previsto para este período em 14,5% (-118 mil euros).

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO MAR/2017	REAL MAR/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	1.045.355	908.950	-136.405	-13,0%
RESULTADOS FINANCEIROS	26.000	19.273	-6.727	-25,9%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	1.071.355	928.223	-143.132	-13,4%
IMPOSTOS	257.747	232.642	-25.105	-9,7%
RESULTADOS LÍQUIDOS	813.607	695.581	-118.026	-14,5%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS ficou abaixo do orçamentado em 13% (-136 mil euros).

Os Gastos Operacionais foram inferiores ao orçamentado em 7,4% (-363 mil euros). Todas as rubricas desta natureza registaram valores inferiores ao previsto, com destaque para os Fornecimentos e Serviços Externos e em específico para os Trabalhos Especializados. Exceção dos “Outros Gastos e Perdas” que registaram um acréscimo de 8,4% (+22 mil euros).

Os Rendimentos Operacionais também registaram, no final do período em análise, valores abaixo do orçamentado (-8,4%; -499 mil euros). Apenas a rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” registou valores acima do previsto (+1,5%; +17 mil euros).

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor inferior ao orçamentado em 6,7 mil Euros (-25,9%), sendo esta variação justificada pelo contínuo decréscimo das taxas de juro dos depósitos a prazo no IGCP.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO MAR/2017	REAL MAR/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	792.555	597.457	-195.098	-24,6%
Trabalhos Especializados	139.819	65.347	-74.472	-53,3%
Publicidade e Propaganda	18.913	3.363	-15.549	-82,2%
Vigilância e Segurança	68.430	62.964	-5.466	-8,0%
Honorários	19.500	268	-19.232	-98,6%
Conservação e Reparação	125.988	90.235	-35.753	-28,4%
Ferramentas e Utensílios	1.250	661	-589	-47,1%
Livros e Documentação Técnica	725	504	-221	-30,5%
Material de Escritório	5.000	4.213	-787	-15,7%
Artigos para Oferta	1.000	0	-1.000	-100,0%
Electricidade	109.693	93.981	-15.712	-14,3%
Combustíveis	41.650	38.966	-2.684	-6,4%
Água	128.750	127.548	-1.202	-0,9%
Outros Flúidos	1.250	647	-603	-48,3%
Deslocações e Estadas	7.713	4.675	-3.038	-39,4%
Transp. Mercadorias/Pessoal	5.000	5.756	756	15,1%
Rendas e Alugueres	625	335	-290	-46,3%
Comunicações	22.450	10.452	-11.998	-53,4%
Seguros	8.550	8.240	-310	-3,6%
Contencioso e Notariado	5.000	6.805	1.805	36,1%
Despesas de Representação	5.000	336	-4.664	-93,3%
Limpeza/Higiene/Conforto	69.875	67.873	-2.002	-2,9%
Outros Fornecimentos e Serviços	6.375	4.290	-2.085	-32,7%
GASTOS COM PESSOAL	2.231.126	2.180.924	-50.202	-2,3%
GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	1.609.684	1.470.182	-139.502	-8,7%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	25.000	25.142	142	0,6%
PROVISÕES	0	0	0	100,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	259.021	280.811	21.791	8,4%
GASTOS OPERACIONAIS	4.917.386	4.554.516	-362.870	-7,4%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	500	0	-500	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	4.917.886	4.554.516	-363.370	-7,4%

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO MAR/2017	REAL MAR/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.505.158	1.399.568	-105.590	-7,0%
TUP Navio	660.200	665.540	5.340	0,8%
Armazenagem	15.513	9.401	-6.112	-39,4%
Aluguer Equipamento	451	18	-433	-95,9%
Pilotagem	800.000	702.865	-97.135	-12,1%
Fornecimento Pessoal	5.995	5.405	-590	-9,8%
Estacionamento (TES)	4.461	2.466	-1.994	-44,7%
Outros	18.538	13.873	-4.665	-25,2%
TAXAS E LICENÇAS	496.938	426.580	-70.358	-14,2%
Taxas de Ocupação	402.270	348.996	-53.274	-13,2%
Licenças Diversas	15.728	11.675	-4.053	-25,8%
Náutica de Recreio	78.940	65.909	-13.031	-16,5%
CONCESSÕES	2.818.334	2.520.598	-297.736	-10,6%
Concessão Multiusos - Zona 1	542.424	489.592	-52.833	-9,7%
Concessão Multiusos - Zona 2	1.311.346	1.094.583	-216.763	-16,5%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	102.448	92.878	-9.570	-9,3%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	41.959	40.758	-1.201	-2,9%
Concessão Praias do Sado	61.708	55.352	-6.355	-10,3%
Concessão Autoeuropa	130.435	130.266	-169	-0,1%
Concessão Tanquisado	39.489	39.489	0	0,0%
Concessão Secil	157.323	159.810	2.486	1,6%
Concessão Teporset	161.238	161.099	-139	-0,1%
Concessão Uralada	18.832	18.808	-24	-0,1%
Concessão Portugália	5.960	0	-5.960	-100,0%
Concessão Docapesca	68.497	71.622	3.125	4,6%
Concessão Clube Naval Sesimbra	9.073	9.386	313	3,4%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	76.720	76.699	-21	0,0%
Concessão Repsol	10.213	0	-10.213	-100,0%
Concessão Atlantic Ferries	64.800	64.824	24	0,0%
Concessão Marina Tróia	7.448	7.014	-433	-5,8%
Concessão Artesanalpesca	8.422	8.420	-3	0,0%
Concessão Marina Marbelha	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	37.500	0	-37.500	-100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	10.000	5.141	-4.859	-48,6%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1.094.811	1.111.579	16.768	1,5%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	5.962.740	5.463.466	-499.274	-8,4%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	26.500	19.273	-7.227	-27,3%
TOTAL RENDIMENTOS	5.989.240	5.482.739	-506.501	-8,5%

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2017/REAL 2016

A Conta de Exploração do 1.º Trimestre de 2017 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 696 mil euros, inferiores em 11,7% face aos Resultados obtidos em igual período de 2016, devido essencialmente à quebra registada ao nível dos Resultados Operacionais (-11,2%; - 115 mil euros).

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 233 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL MAR/2016	REAL MAR/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	1.023.579	908.950	-114.629	-11,2%
RESULTADOS FINANCEIROS	20.448	19.273	-1.175	-5,7%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	1.044.027	928.223	-115.804	-11,1%
IMPOSTOS	256.599	232.642	-23.957	-9,3%
RESULTADOS LÍQUIDOS	787.429	695.581	-91.848	-11,7%

Resultados Operacionais

A diminuição dos Resultados Operacionais, face a 2016, resultou do acréscimo dos Gastos Operacionais (+3%; + 131 mil euros), não compensado pelo aumento dos Rendimentos Operacionais (+0,3%;+17 mil euros).

A variação dos Gastos Operacionais ficou a dever-se ao aumento dos Gastos com Pessoal (+8,4%;+ 168 mil euros), sendo justificado pelo descongelamento das progressões nas carreiras, que ocorreu em Julho de 2016.

Todas as restantes rubricas de gastos operacionais apresentaram valores inferiores aos registados em igual período de 2016.

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

No período em análise e comparativamente com o ano de 2016, os rendimentos operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 0,3% (+17 mil euros), destacando-se as rubricas de “Serviços Portuários” (+1,8%; +24 mil euros) e “Outros Rendimentos e Ganhos” (+6,8%; +70 mil euros).

Pela negativa, destacam-se as rubricas de “Taxas e Licenças” e “Concessões”, cujo rendimento ficou abaixo do realizado no ano anterior (-7,1% e -1,6%, respetivamente).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL MAR/2016	REAL MAR/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	615.451	597.457	-17.994	-2,9%
Trabalhos Especializados	85.292	65.347	-19.945	-23,4%
Publicidade e Propaganda	11.780	3.363	-8.416	-71,4%
Vigilância e Segurança	62.393	62.964	571	0,9%
Honorários	5.169	268	-4.900	0,0%
Conservação e Reparação	90.892	90.235	-657	-0,7%
Ferramentas e Utensílios	377	661	284	75,2%
Livros e Documentação Técnica	1.698	504	-1.194	-70,3%
Material de Escritório	3.547	4.213	665	18,8%
Artigos para Oferta	543	0	-543	0,0%
Electricidade	89.145	93.981	4.836	5,4%
Combustíveis	26.345	38.966	12.621	47,9%
Água	123.248	127.548	4.300	3,5%
Outros Fluídos	403	647	243	60,3%
Deslocações e Estadas	5.858	4.675	-1.183	-20,2%
Transp. Mercadorias/Pessoal	4.254	5.756	1.502	35,3%
Rendas e Alugueres	6	335	329	5488,7%
Comunicações	20.928	10.452	-10.476	-50,1%
Seguros	8.246	8.240	-6	-0,1%
Contencioso e Notariado	47	6.805	6.757	14243,6%
Despesas de Representação	2.506	336	-2.170	-86,6%
Limpeza/Higiene/Conforto	67.176	67.873	697	1,0%
Outros Fornecimentos e Serviços	5.598	4.290	-1.308	-23,4%
GASTOS COM PESSOAL	2.012.771	2.180.924	168.153	8,4%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.476.407	1.470.182	-6.225	-0,4%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	25.000	25.142	142	0,6%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	293.619	280.811	-12.807	-4,4%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	4.423.248	4.554.516	131.268	3,0%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	4.423.248	4.554.516	131.268	3,0%

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL MAR/2016	REAL MAR/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.375.455	1.399.568	24.113	1,8%
TUP Navio	635.412	665.540	30.128	4,7%
Armazenagem	12.871	9.401	-3.471	100,0%
Aluguer Equipamento	452	18	-434	-96,0%
Pilotagem	705.662	702.865	-2.797	-0,4%
Fornecimento Pessoal	4.861	5.405	543	11,2%
Estacionamento (TES)	4.540	2.466	-2.073	-45,7%
Outros	11.656	13.873	2.217	19,0%
TAXAS E LICENÇAS	459.143	426.580	-32.562	-7,1%
Taxas de Ocupação	376.122	348.996	-27.125	-7,2%
Licenças Diversas	17.157	11.675	-5.482	-32,0%
Náutica de Recreio	65.864	65.909	45	0,1%
CONCESSÕES	2.562.097	2.520.598	-41.499	-1,6%
Concessão Multiusos - Zona 1	539.883	489.592	-50.292	-9,3%
Concessão Multiusos - Zona 2	1.074.935	1.094.583	19.648	1,8%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	118.393	92.878	-25.515	-21,6%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	39.131	40.758	1.627	4,2%
Concessão Praias do Sado	56.906	55.352	-1.554	-2,7%
Concessão Autoeuropa	129.528	130.266	738	0,6%
Concessão Tanquisado	19.487	39.489	20.002	102,6%
Concessão Secil	162.119	159.810	-2.309	-1,4%
Concessão Teporset	160.141	161.099	958	0,6%
Concessão Uralada	18.701	18.808	107	0,6%
Concessão Portugália	3.704	0	-3.704	-100,0%
Concessão Docapesca	69.990	71.622	1.631	2,3%
Concessão Clube Naval Sesimbra	9.019	9.386	367	4,1%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	76.264	76.699	435	0,0%
Concessão Repsol	10.168	0	-10.168	-100,0%
Concessão Atlantic Ferries	63.037	64.824	1.787	2,8%
Concessão Marina Tróia	2.320	7.014	4.694	202,4%
Concessão Artesanalpesca	8.372	8.420	48	0,6%
Concessão Marina Marbelha	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	0	0	0	0,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	9.012	5.141	-3.871	-43,0%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1.041.121	1.111.579	70.458	6,8%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	5.446.827	5.463.466	16.639	0,3%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	20.448	19.273	-1.175	-5,7%
TOTAL RENDIMENTOS	5.467.275	5.482.739	15.464	0,3%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 137 mil euros, que representa 1,2% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- A elaboração de estudos e trabalhos específicos relativos ao projeto “*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”.
- No âmbito do projeto “Sistema de Informação Portuário”, foram concluídos os projetos: CUP – Cartão Único Portuário, JUP II - Janela Única Portuária. e FUP – Fatura Única Portuária.

PROJECTOS	2017	mar-17
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	3.999.550	32.460
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.550.000	
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	400.000	
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	540.000	
Sistema de Informação Portuário	1.155.500	75.343
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	183.305	
Lancha de Pilotagem	400.000	
Equipamento de Transporte	251.000	
Melhoria do Assinalamento Marítimo	31.000	
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	471.000	
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	30.000	
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	590.000	
Ordenamento do porto de Sesimbra	227.500	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	365.000	4.810
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	100.000	
Requalificação do terrapleno e execução de rampa de alagem em Santa Catarina	160.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	129.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	505.700	23.998
TOTAL	11.088.555	136.611

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de Fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	30-06-2016	30-09-2016	31-12-2016	31-03-2017
Prazo Médio de Pagamentos	49	39	46	43

No 1.º Trimestre de 2017, o Prazo Médio de Pagamentos registou um decréscimo de 6,5%, correspondente a uma redução efetiva de 3 dias.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

RUBRICAS		NOTAS	Unid.: Euros	
			PERÍODOS	
			31-03-2017	31-12-2016
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos Intangíveis			196.266,97	124.656,59
Ativos fixos tangíveis			79.087.110,07	80.492.290,86
Clientes M/L Prazo			0,00	0,00
Outras Contas a Receber			0,00	0,00
Outros ativos financeiros			588,54	484,68
Ativos por impostos diferidos			345.376,05	350.603,40
			79.629.341,63	80.968.035,53
Ativo corrente				
Inventários				
Clientes			2.214.235,68	1.985.913,25
Adiantamentos a fornecedores			590,00	590,00
Estado e outros entes públicos			30.971,08	117.751,65
Accionistas/sócios				
Outras contas a receber			834.216,14	168.050,99
Diferimentos			2.311,60	80.688,94
Caixa e depósitos bancários			28.511.469,82	26.146.716,08
			31.593.794,32	28.499.710,91
	Total do Ativo		111.223.135,95	109.467.746,44
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital realizado			15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão				
Reservas legais			3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas			32.070.515,60	32.070.515,60
Reservas não distribuíveis - Concessões			1.065.222,38	1.065.222,38
Resultados transitados			3.198.271,54	-22.896,15
Outras variações no capital próprio			26.715.715,48	27.200.391,35
			81.339.787,46	78.603.295,64
Resultado líquido do período			695.580,89	3.221.167,69
Interesses minoritários				
	Total do Capital Próprio		82.035.368,36	81.824.463,33
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões			490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			499.606,86	520.942,98
Passivos por impostos diferidos			468.339,61	448.686,96
Outras Contas a Pagar			7.907.487,60	8.058.876,20
Diferimentos			12.657.530,68	12.846.697,54
			22.023.939,38	22.366.178,31
Passivo corrente				
Fornecedores			770.871,12	854.255,84
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos			535.388,37	357.956,06
Acionistas/sócios			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Outras contas a pagar			2.522.204,40	2.312.106,23
Diferimentos			3.335.364,32	1.752.786,67
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
			7.163.828,21	5.277.104,80
	Total do Passivo		29.187.767,59	27.643.283,11
	Total do Capital Próprio e do Passivo		111.223.135,95	109.467.746,44

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	31-03-2017	31-03-2016
Vendas e Serviços Prestados		4.820.430	4.346.747	4.396.694
Trabalhos para a própria entidade		37.500	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-792.555	-597.457	-615.451
Gastos com o pessoal		-2.231.126	-2.180.924	-2.012.771
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-15.000	-20.001	-15.988
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0
Outros rendimentos e ganhos		450.448	469.624	393.386
Outros gastos e perdas		-259.021	-280.811	-293.619
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.010.675	1.737.177	1.852.251
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.609.684	-1.470.182	-1.476.407
Subsídios ao Investimento		644.363	641.955	647.735
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.045.355	908.950	1.023.579
Juros e rendimentos similares obtidos		26.500	19.273	20.448
Juros e gastos similares suportados		-500	0	0
Resultados antes de impostos		1.071.355	928.223	1.044.027
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-235.329	-207.762	-236.134
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-22.418	-24.880	-20.465
Resultado Líquido do Período		813.607	695.581	787.429

Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		813.607	695.581	787.429
Interesses Minoritários				
		813.607	695.581	787.429
Resultado por acção básico		0,27	0,23	0,26

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2017

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal no Volume de Negócios.

À data de 31/3/2017, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais e reais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios não foi atingido, verificando-se uma aumento de 2,3 p.p e 6,7 p.p, respetivamente.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO MAR/2017	REAL MAR/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	792.555	597.457	-195.098	-24,6%
GASTOS COM PESSOAL	2.231.126	2.180.924	-50.202	-2,3%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	3.023.681	2.778.381	-245.300	-8,1%
VOLUME DE NEGÓCIOS	5.041.733	4.529.661	-512.072	-10,2%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	60,0%	61,3%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	+ 2,3 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL MAR/2016	REAL MAR/2017	DIF. (17-16)	% (17-16)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	615.451	597.457	-17.994	-2,9%
GASTOS COM PESSOAL	2.012.771	2.180.924	168.153	8,4%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	2.628.222	2.778.381	150.159	5,7%
VOLUME DE NEGÓCIOS	4.573.900	4.529.661	-44.238	-1,0%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	57,5%	61,3%		
VARIAÇÃO REAL16/REAL15	+ 6,7 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Até ao final do 1.º trimestre de 2017, a APSS não efetuou quaisquer adjudicações de prestações de serviços, que se enquadrem nos parâmetros atrás referidos.

RELATÓRIO DO 1.º TRIMESTRE DE 2017

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 1.º trimestre de 2017.

O Relatório versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 1.º trimestre de 2017 e os constantes do Plano de Atividades e Orçamento 2017-2019 (PAO17/19) apresentado pela Sociedade em 6 de janeiro de 2017¹, bem como, os verificados no período homólogo de 2016.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 1.º trimestre de 2017 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 1.º trimestre de 2017 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 25 de julho de 2017, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 1.º trimestre de 2017, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- O Resultado líquido no final do 1.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 695,6 mil euros, situando-se cerca de 14,5% abaixo do valor orçamentado e cerca de 11,7% abaixo do verificado no período homólogo, correspondente, a cerca de -118 mil

¹ O PAO 2017/19 foi objeto de parecer do Conselho Fiscal datado de 16 de junho de 2017 e aguarda aprovação através de deliberação social unânime por escrito conforme decisão tomada na última Assembleia Geral realizada a 18 de julho.

APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

euros relativamente aos montantes previstos no PAO17/19 e -91,8 mil euros, relativamente aos valores alcançados no 1.º trimestre de 2016;

- As variações ocorridas no resultado líquido refletem os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 1.º trimestre, o valor de cerca de 908,95 mil euros, cerca de -13% do previsto no orçamento (correspondente, a cerca de -136,4 mil euros) e cerca de -11,2% do verificado no período homólogo (correspondente, a cerca de -114,63 mil euros);
- A variação negativa constatada no resultado operacional, quando comparado com o valor orçamentado, fundamenta-se na redução nos rendimentos de cerca de 499,3 mil euros (cerca de -8,4%), com incidência em quase todas as rubricas, superior à igualmente verificada nos gastos, cuja redução foi de cerca de -362,9 mil euros (cerca de -7,4%), com maior incidência nos gastos provenientes de trabalhos especializados;
- Quanto à variação negativa verificada no resultado operacional, relativamente ao período homólogo, tal fundamenta-se no acréscimo verificado nos gastos operacionais no valor de cerca de 131,3 mil euros (cerca de 3%), em particular nos gastos com pessoal, que registam um acréscimo de cerca de 168 mil euros, constatando-se ainda que os rendimentos operacionais mantiveram-se ao mesmo nível do verificado no ano transato, embora com ligeiro acréscimo (cerca de +16,6 mil euros, +0,3%). O acréscimo dos gastos com pessoal decorre do descongelamento das progressões nas carreiras ocorrido em julho de 2016;
- A APSS não dispõe de passivo remunerado, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP) em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência, verificando-se que o resultado financeiro no final do 1.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 19,3 mil euros, cerca de -6,7 mil euros em relação ao orçamentado e cerca de -1,2 mil euros em relação ao período homólogo, sem expressão material no resultado líquido alcançado pela Sociedade no período em análise;

- A execução do plano de investimentos até ao final do 1.º trimestre de 2017 foi de cerca de 137 mil euros, correspondente apenas a cerca de 1,2% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, correspondente, essencialmente, a despesas decorrentes da elaboração de estudos no âmbito do projecto "*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*", bem como, com a implementação dos projetos CUP- Cartão Único Portuário e JUP II – Janela Única Portuária e FUP – Fatura Única Portuária;

Ressalva-se que o plano de investimentos proposto pela APSS para o corrente ano, de cerca de 11 milhões de euros, assenta essencialmente em três projectos, a "*Melhoria dos Acessos Marítimos do porto de Setúbal*", "*Requalificação de Infraestruturas e Acessos aos Terminais Ro-Ro e TMS2*" e "*Sistema de Informação Portuária*". Assim, e para além do facto do plano não se encontrar ainda aprovado por parte do acionista à data de 31 de março, destacam-se como fatores para a baixa execução do plano de investimentos, a necessidade de obtenção prévia de Declaração de Impacto Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável, a emitir pela APA no caso do projecto das acessibilidades e para os restantes as vicissitudes associadas, nomeadamente, à própria calendarização;

- Em termos da estrutura de capitais não se registam variações muito significativas no balanço da APSS, comparando os dados do final do ano de 2016 com os alcançados no final do primeiro trimestre de 2017. A estrutura mantém-se equilibrada, pese embora se registem ligeiros decréscimos no rácio de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) que, no final do 1.º trimestre de 2017 atingiram, respetivamente, de 2,81 e de 73,8%;
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 1.º trimestre de 2017, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 43 dias, registando um decréscimo de 6,5% relativamente ao registado no final do ano transato - não considerando a faturação emitida, pela empresa Águas do Sado, cujo valor acumulado é de cerca de 180,3 mil euros, que a APSS considera indevida, nem o

APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, S.A.

montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006 já referidos em anteriores relatórios;

- A APSS, S.A. no trimestre em análise não efetuou novas adjudicações de prestação de serviços superiores a 125 mil euros (s/IVA);
- Relativamente às restantes orientações e disposições legais² relativamente as empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se um acréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, quer comparando com o previsto no PAO17/19, quer com os valores alcançados no período homologado;
 - ii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, com exceção dos gastos com a frota automóvel, em que se verifica um aumento, quer comparando com o previsto no PAO17/19 quer com os valores alcançados no período homologado;
 - iii) Embora a APSS tenha mantido a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permaneceu com três contas abertas junto de instituições de crédito cujo saldo a 31 de março de 2017 representa cerca de 0,2% do valor delido em "caixa e depósitos bancários".

² Designadamente, o Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, na sua atual redação, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017 e que contem algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que o mesmo data de 3 de março e que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

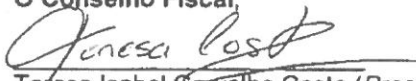
3. Conclusão

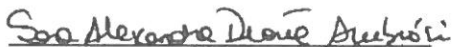
Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 1.º trimestre de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

No período em questão, a Sociedade evidencia um desempenho ligeiramente inferior ao previsto no orçamento e ao verificado no período homólogo.

28 de julho de 2017

O Conselho Fiscal,


Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Primeiro
Trimestre de 2017

Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Primeiro Trimestre de 2017

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao primeiro trimestre de 2017, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2017”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos e (iv) programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2017”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de três meses findo em 31 de março de 2017, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de três meses findo em 31 de março de 2017, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2017, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2017”.

6.2 Com referência a 31 de março de 2017 e de acordo com as informações obtidas da APSS, não se registou qualquer evolução relativamente às renegociações em curso com o cliente Marina Marbella, cujo saldo a receber ascende a 527 milhares de euros, encontrando-se o mesmo totalmente provisionado, mantendo-se igualmente suspensa a faturação a esta entidade desde o exercício de 2016 (inclusive).

6.3 As reservas referidas na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, datada de 14 de junho de 2017, mantem-se na informação financeira relativa a 31 de março de 2017, nomeadamente:

a) o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não tem evolução desde 2016, não temos informação que nos permita avaliar sobre a possibilidade e o momento de concretização deste pressuposto, não estando em condições de concluir sobre a sua razoabilidade e, consequentemente, sobre os eventuais efeitos desta situação na informação financeira referente a 31 de março de 2017;

b) o facto de até à presente data não termos recebido nenhuma análise sobre as eventuais consequências da emissão, no final de 2016, pela Autoridade Tributária de um Parecer vinculativo a uma administração portuária, no âmbito do enquadramento em sede de IVA de serviços prestados a terceiros, nem existir divulgação detalhada sobre esta questão e respetivo tratamento contabilístico e fiscal da mesma, o que não nos permite concluir sobre a existência, ou não, de eventuais efeitos desta situação na informação financeira do período findo em 31 de março de 2017.

6.4 Tomámos conhecimento que no início de 2017 foi implementada a Fatura Única Portuária (FUP). Assim, recomendamos aos Serviços que se certifiquem de que os procedimentos contabilísticos e fiscais adotados são os adequados nas circunstâncias, devendo os Serviços estar preparados para justificar e suportar a sua conformidade face à legislação e demais normas em vigor. Adicionalmente, aguardamos a informação solicitada para que possamos proceder à sua análise.

6.5 Com referência a 31 de março de 2017, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>31.03.17</u>		<u>31.12.16</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
<u>43</u>		<u>46</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2016

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento.

(conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 1º Trim.).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

25 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.